

**CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E TERRITÓRIOS**

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

01/4/2007

QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Nos termos do que preconizado na Constituição de República de 1988, a respeito dos Direitos Políticos, é falso afirmar:
 - (A) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular;
 - (B) O alistamento eleitoral e voto são facultativos para os analfabetos;
 - (C) São inelegíveis os inalistáveis;
 - (D) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da proclamação do resultado, instruída a ação com provas de abuso de poder político, corrupção ou fraude.

2. A partir da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, é incorreto afirmar:
 - (A) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;
 - (B) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal;
 - (C) O ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;
 - (D) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto de dois terços de seus membros.

3. Sobre os Conselhos da República e de Defesa Nacional, tal como disciplinados no texto da Constituição da República de 1988, é correto afirmar:
 - (A) O líder na minoria no Senado Federal participa do Conselho da República, mas não participa do Conselho de Defesa Nacional;
 - (B) Compete ao Conselho da República estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático;
 - (C) Compete ao Conselho de Defesa Nacional pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio;
 - (D) O Ministro do Planejamento não é membro nato do Conselho de Defesa Nacional.

4. Sobre o Poder Judiciário dos Estados, é correto afirmar:
 - (A) A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar Estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes;
 - (B) A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária do Conselho Nacional de Justiça;
 - (C) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as ações judiciais contra atos disciplinares militares;
 - (D) Na forçosa instalação da justiça itinerante, pelo Tribunal de Justiça, não se faz possível a utilização de equipamentos públicos e comunitários.

5. No trato das Funções Essenciais à Justiça, tal como preconizado na Constituição Federal de 1988, é incorreto afirmar:
- (A) Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, de acordo com os limites legais;
 - (B) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas e serão estáveis após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias;
 - (C) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
 - (D) A lei pode disciplinar a inviolabilidade do advogado por seus atos e manifestações exarados no exercício da profissão.
-
6. Sobre Segurança Pública, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:
- (A) Compete à Polícia Federal prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
 - (B) Os corpos de bombeiros militares são órgãos de segurança pública e não executam atividades de defesa civil;
 - (C) Às polícias civis, dirigidas por delegados de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares;
 - (D) Os Municípios não poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus serviços.
-
7. Sobre o Sistema Constitucional Tributário, é incorreto afirmar:
- (A) Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria tributária sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas;
 - (B) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais;
 - (C) A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório não será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição;
 - (D) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para custeio do serviço de iluminação pública, sendo facultada a cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
-
8. Sobre as limitações constitucionais do poder de tributar, é incorreto afirmar:
- (A) É vedado ao Distrito Federal cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observada a regra segundo a qual a cobrança não pode recair no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
 - (B) A proibição da instituição de impostos sobre templos de qualquer culto não alcança os impostos de importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; produtos industrializados; e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores imobiliários;
 - (C) A vedação de instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, uns dos outros, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, considerada a necessária vinculação a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes, desde que não guardem relação com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel;

- (D) Não diz respeito a taxas a regra de que qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão só poderá ser concedido por lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou a correspondente exação.
-
9. Nos termos do que preconizado na Constituição Federal, é falso afirmar que:
- (A) A proibição constitucional de acumular cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange não só autarquias, mas também fundações, empresas públicas, sociedades de economia mistas, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;
 - (B) Os servidores fiscais da administração fazendária terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;
 - (C) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para o fim de concessão de acréscimos ulteriores;
 - (D) Não podem constar símbolos, imagens ou nomes que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos da publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.
-
10. De acordo com o tratamento constitucional conferido à Administração Pública, é falso afirmar que:
- (A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;
 - (B) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
 - (C) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
 - (D) A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa do Chefe do Executivo, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
-
11. Sobre o tratamento constitucional conferido ao Distrito Federal, é falso afirmar:
- (A) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios;
 - (B) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente, dentre outras matérias, sobre orçamento; juntas comerciais; criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas; procedimentos em matéria processual; e custas dos serviços forenses;
 - (C) É da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dentre outras, cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
 - (D) Cabe ao Distrito Federal, na competência que é própria de Município, instituir imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos;
-
12. Sobre o tratamento constitucional conferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, é correto afirmar:
- (A) À exceção do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (ICMS) e dos impostos sobre importação de produtos estrangeiros (II) e de exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (IE), nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País;
 - (B) As alíquotas do imposto sobre propriedade de veículos automotores não poderão ser diferenciadas em função do tipo e utilização;

- (C) Pertence ao Município cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;
 - (D) A exclusão da incidência do ISS (imposto sobre serviços de qualquer natureza) de exportações de serviços para o exterior não é matéria reservada à lei complementar.
-

13. Sobre o crédito tributário, no regime do Código Tributário Nacional, é incorreto afirmar:
- (A) São modalidades de suspensão da exigibilidade do crédito tributário a moratória e o depósito do seu montante integral;
 - (B) O pagamento de um crédito, quando parcial, importa em presunção de pagamento das prestações em que se decompõe;
 - (C) É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial;
 - (D) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva, sendo certo que a prescrição se interrompe, dentre outras hipóteses, pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
-

14. Tendo em vista os mais recentes pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal, acerca do tema do controle de constitucionalidade de normas, é correto afirmar:
- (A) O *amicus curiae* tem legitimidade para opor embargos de declaração;
 - (B) O Advogado-Geral da União se manifesta obrigatoriamente em caso de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão;
 - (C) Admite-se o instrumento da Reclamação mesmo por quem não tenha participado do processo objetivo em que restou fixada a tese jurídica invocada;
 - (D) Não se admite a técnica de limitação de efeitos em sede de controle difuso.

QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

15. É correto afirmar:
- (A) A disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública não é matéria a ser tratada na lei que disciplina as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta;
 - (B) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, na forma e na gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;
 - (C) Os ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, não estão sujeitos a prazos de prescrição;
 - (D) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta não poderá ser ampliada por contrato.
-
16. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, não se aplica a seguinte disposição:
- (A) Tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;
 - (B) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
 - (C) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
 - (D) Em caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos, inclusive para promoção por merecimento.

17. De acordo com o tratamento constitucional conferido ao tema da estabilidade dos servidores públicos, é incorreto afirmar:

- (A) Os servidores nomeados para a cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após três anos de efetivo exercício;
 - (B) O servidor público estável só poderá perder o cargo em virtude de sentença penal transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa, e, finalmente, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar;
 - (C) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão constituída para essa finalidade;
 - (D) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
-

18. Em tema de desapropriação, é correto afirmar:

- (A) Na desapropriação para instituir servidão administrativa são devidos juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade;
 - (B) A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço, independentemente de a declaração de utilidade pública compreendê-las e da discriminação entre as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda;
 - (C) As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas, sem qualquer indenização ao proprietário, e reverterão em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico de drogas;
 - (D) Na desapropriação por interesse social, o expropriante tem o prazo de 5 (cinco) anos, a partir da decretação da desapropriação, para iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.
-

19. Em tema de controle da Administração Pública, é falso afirmar:

- (A) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União;
 - (B) No regime da Lei nº 11.417/06, do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação;
 - (C) Não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública;
 - (D) O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.
-

20. Em matéria de bens públicos, é correto afirmar:

- (A) As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos Estados, autorizam, apenas o uso, permanecendo o domínio com a União, ainda que se mantenha inerte ou tolerante, em relação aos possuidores;
 - (B) As margens dos rios navegáveis não são de domínio público, suscetíveis de expropriação e, por isso mesmo, incluídas na indenização;
 - (C) São bens da União as terras de aldeamentos extintos ocupadas por indígenas em passado remoto;
 - (D) Mesmo quando o Poder Público concede direito real de uso de imóvel em favor de outro órgão ou entidade da Administração Pública, torna-se imperiosa a licitação.
-

21. Em tema de licitação, tal como estipulado na Lei nº 8.666/93, é falso afirmar:
- (A) A tarefa é forma de execução indireta de obras e serviços;
 - (B) Os trabalhos relativos à restauração de obras de arte e bens de valor histórico não são considerados serviços técnicos profissionais especializados;
 - (C) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
 - (D) É dispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
-

22. Assinale a alternativa correta:

- (A) O pessoal das empresas públicas e das sociedades de economia mista se submete ao regime trabalhista comum, próprio da Consolidação das Leis do Trabalho;
 - (B) O Supremo Tribunal Federal veio de entender, recentemente, que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT não detém o privilégio da impenhorabilidade de bens;
 - (C) Empresas públicas e sociedades de economia mista devem ter a forma de sociedades anônimas;
 - (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.
-

23. Em tema de serviços públicos, é falso afirmar:

- (A) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa;
 - (B) As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente;
 - (C) Considera-se caducidade a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização;
 - (D) A contratação de parceria público-privada, no regime da Lei nº 11.079/2004, será precedida de licitação na modalidade de concorrência.
-

24. Sobre os poderes e deveres da Administração Pública, é correto afirmar que:

- (A) O Presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, e, também, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;
 - (B) No regime da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo federal, não será permitida a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior;
 - (C) É lícito que ato administrativo institua tarifa para remunerar o poder de polícia;
 - (D) O exercício de poder de polícia impõe manifestação prévia do Poder Judiciário.
-

25. Nos termos da Lei nº 8.884/94, é falso afirmar que:

- (A) A Lei tem aplicação a pessoas jurídicas de direito público;
 - (B) Não estão previstas todas as modalidades de condutas que possam vir a caracterizar infração da ordem econômica;
 - (C) O “Compromisso de Cessação” se aplica a todas as infrações da ordem econômica;
 - (D) A medida preventiva poderá ser adotada em qualquer fase do processo e não é da exclusiva competência do Conselheiro-Relator.
-

26. Considerado o regime da Lei nº 11.079/2004, assinale a alternativa correta:
- (A) Não é admitida, na licitação, a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento;
 - (B) O contrato de parceria público-privada, desde que celebrado por prazo superior a cinco anos, poderá ter como objeto único a execução de obra pública;
 - (C) As contratações de parceria público-privada poderão não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado;
 - (D) Nas concessões patrocinadas poderá ocorrer que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado venha a ser paga pela Administração Pública.
-

27. Em tema de concessões de serviços públicos, na sistemática da Lei nº 8.987/95, é certo afirmar que:
- (A) A intervenção se fará mediante decreto do Poder Concedente;
 - (B) A intervenção será precedida de procedimento administrativo em que se assegurará à concessionária o direito de ampla defesa;
 - (C) Cessada a intervenção, a administração do serviço deverá ser devolvida à concessionária;
 - (D) Não há fixação de prazo legal para a conclusão do processo administrativo referente à intervenção;
-

28. Em matéria concernente a processo administrativo no âmbito da Administração Federal, à vista do disposto na Lei nº 9.784/99, assinale a alternativa falsa:
- (A) A decisão do recurso não poderá acarretar gravame à situação do recorrente;
 - (B) Em geral, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé;
 - (C) O recurso não terá efeito suspensivo, salvo disposição legal em contrário, admitindo-se, todavia, que a autoridade recorrida, observados os requisitos legais, venha a conferir efeito suspensivo ao recurso;
 - (D) Nem sempre se admite a convalidação de atos que apresentem defeitos sanáveis.

QUESTÕES DE DIREITO CIVIL

29. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

- I – No sistema brasileiro de irretroatividade das leis, que adota as teorias objetiva (ato jurídico perfeito) e subjetiva (direito adquirido), a chamada faculdade legal, que consiste em um poder concedido pela lei ao indivíduo, ainda que ele não tenha feito uso dela, não pode ser modificada por lei nova.
 - II – Aquele que atingiu dezesseis anos (que é a idade mínima exigida para que o homem ou a mulher, com autorização dos pais, casem), se não casar e surgir lei elevando, de imediato, para 18 anos a idade núbil, não necessita completar 18 anos para, de acordo com a lei nova, poder casar.
 - III – Nas leis de cunho social, como forma de atingir o alcance buscado pelo legislador, o juiz poderá decidir por equidade, ainda que não previsto na lei.
- (A) apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.
-

30. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

- I – É anulável a venda de imóvel feita pela mãe, viúva, a um dos filhos com a aquiescência dos demais, se a esposa de um dos filhos casados, em regime da comunhão parcial de bens, negou o consentimento.
- II – O surdo-mudo, não declarado incapaz e que exprime sua vontade na linguagem que lhe é própria, adquirida por educação adequada, pode servir de testemunha em testamento público.
- III – Dada igualdade que deve existir entre os sócios, estatuto de associação instituída para fins desportivos não pode instituir categoria de sócios com vantagens especiais.

- (A) apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.
-

31. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

- I – Conquanto o atual Código Civil não mais contemple a categoria de bens imóveis por acessão intelectual, assim se qualificava, no regime do Código Civil anterior, os armários embutidos instalados em imóvel residencial, pelo proprietário, para aformoseamento ou comodidade.
- II – Consideram-se como bens indivisíveis por determinação legal as servidões prediais, as quais subsistem até mesmo no caso de divisão dos imóveis.
- III – Vaga em ponto de táxi, demarcada em via pública, pode ser negociada entre os particulares que exploram o serviço no local.

- (A) apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.
-

32. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

- I – Classifica-se como real o contrato de compra e venda, pois, para formação, além da vontade, exige a entrega da coisa.
- II – A construção de alvenaria, erguida em um terreno pelo possuidor, será de propriedade deste, se agiu de boa-fé.
- III – No contrato de depósito, estipulado a entrega da coisa no futuro, haverá promessa de contratar que segue as regras desta.

- (A) apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.
-

33. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

- I – No sistema do Código Civil, a alienação fiduciária de veículo automotor constitui-se com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado de registro.
- II -- Aquele que se tornou proprietário de imóvel em decorrência de compra e venda não responderá pelas despesas com a demarcação entre os imóveis, realizadas pelo proprietário confinante, se a demarcação foi feita antes da aquisição.
- III – Servidão de trânsito que se torna visível em decorrência de sinais como a formação de trilhas considera-se aparente e, mesmo se não transcrita no registro de imóveis, merece proteção possessória.
- (A) apenas uma das proposições é falsa.
(B) apenas uma das proposições é verdadeira.
(C) todas as proposições são verdadeiras.
(D) todas as proposições são falsas.
-

34. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

- I – Em acidente de consumo, porque objetiva a responsabilidade, o consumidor, pelos danos que sofreu, nada necessita provar.
- II – A responsabilidade civil em decorrência de abuso de direito pressupõe culpa do causador do dano.
- III – No transporte fornecido gratuitamente pelo empregador, este somente responde por acidente com empregado se agiu com culpa.
- (A) apenas uma das proposições é falsa.
(B) apenas uma das proposições é verdadeira.
(C) todas as proposições são verdadeiras.
(D) todas as proposições são falsas.
-

35. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

- I – No contrato de consumo em que consumidor pessoa jurídica, desde que justificável, é válida cláusula que limita a responsabilidade de indenizar do fornecedor.
- II – Na cobrança de dívida de consumo, não é lícito enviar carta ao endereço comercial do consumidor inadimplente.
- III – Em contrato de seguro-saúde, se a seguradora recebe o prêmio, não pode recusar o pagamento da cobertura mesmo se comprovar que a doença era preexistente e o segurado não a informou.
- (A) apenas uma das proposições é falsa.
(B) apenas uma das proposições é verdadeira.
(C) todas as proposições são verdadeiras.
(D) todas as proposições são falsas.
-

36. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

- I – Embora a criação de obras intelectuais seja própria, por natureza, de pessoas físicas, é possível atribuir à pessoa jurídica direitos de autoria, eis que a elas são reconhecidos os direitos incorpóreos.
- II – Na cessão de direitos autorais, ainda que a transmissão seja total e a título universal, não se incluem os direitos do autor de, a qualquer tempo, modificar a obra.
- III – Sem assistência paterna, o menor, relativamente incapaz, não pode declarar o nascimento e fazer o registro civil de filho natural.
- (A) apenas uma das proposições é falsa.
(B) apenas uma das proposições é verdadeira.
(C) todas as proposições são verdadeiras.
(D) todas as proposições são falsas.

37. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

- I – As pretensões perpétuas, que se exercitam mediante ações declaratórias, são imprescritíveis.
 - II – Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a ação de indenização do segurado em grupo contra a seguradora prescreve em um ano, contado da comunicação do sinistro à seguradora.
 - III – Negócio jurídico submetido à condição resolutiva só se tem por formado, perfeito, quando verificada a condição.
- (A) apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.
-

38. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

- I – Nas relações entre lojistas e empreendedores de “shopping center”, porque prevalecem as condições livremente pactuadas, o empreendedor pode cobrar do locatário as despesas com obras de paisagismo nas partes de uso comum.
 - II – O condômino que tem posse exclusiva pode adquirir por usucapião a propriedade da coisa comum.
 - III – Desde que a visão não seja direta, o proprietário pode abrir janelas em sua construção a menos de metro e meio do terreno vizinho.
- (A) apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.
-

39. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

- I – No regime da separação legal de bens o marido não necessita do consentimento da mulher para alienar imóvel adquirido na constância do casamento.
 - II – Ainda que transcrito no registro civil, é anulável casamento celebrado por juiz de paz fora de sua competência territorial.
 - III – Se o pacto antenupcial não se fez por escritura pública, o regime de bens entre os cônjuges será o da comunhão parcial.
- (A) apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.
-

40. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

- I – A sucessão por estirpe, na linha colateral, pressupõe que se encontre vivo pelo menos um irmão do autor da herança.
 - II – Desde que preencha os requisitos exigidos, é passível de reconhecimento como entidade familiar a união estável entre tio e sobrinha.
 - III – O adolescente, filho de pais que não chegaram a casar, se autorizado pelo pai, não necessita de autorização judicial para viajar para o exterior na companhia da mãe.
- (A) apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.
-

41. Analise as proposições e assinale a única correta.

- I – O terceiro não interessado que paga a dívida em seu próprio nome não se sub-roga nos direitos do credor.
- II – Os juros compostos não são devidos pelos sucessores do autor do crime.
- III – Após a morte do mandante o mandatário não pode substabelecer o mandato, ainda que conferido em causa própria.

- (A) apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (C) todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) todas as proposições são falsas.
-

42. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

- I – Prescinde de outorga conjugal a venda de bem imóvel da sociedade pelo sócio casado em regime de comunhão parcial de bens.
- II – O cônjuge, mesmo culpado pela separação, assiste direito aos alimentos indispensáveis à subsistência.
- III -- A impenhorabilidade do bem de família legal não impede a constituição de hipoteca judicial sobre o bem.

- (A) apenas uma das proposições é falsa.
- (B) apenas uma das proposições é verdadeira.
- (C) todas as proposições são verdadeiras.
- (D) todas as proposições são falsas.

QUESTÕES DE DIREITO COMERCIAL

43. Julgue as proposições seguintes acerca da Teoria Geral dos Títulos de Crédito, assinalando, após, a alternativa correta:

- I – Em decorrência do princípio da autonomia, quem transaciona o crédito com possuidor ilegítimo do título (aquisição *a non domino*) tem sua boa-fé tutelada pelo direito cambiário.
- II – O princípio da cartularidade não se aplica, no direito brasileiro, inteiramente à duplicata mercantil ou de prestação de serviços.
- III – Ainda que prevaleça o princípio da autonomia das obrigações cambiais, os vícios que comprometem a validade de uma relação jurídica, documentada em título de crédito, se estendem às demais relações abrangidas no mesmo documento.
- IV – O princípio da literalidade não se aplica inteiramente à disciplina da duplicata, cuja quitação pode ser dada, pelo legítimo portador do título, em documento em separado.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

44. Julgue as proposições seguintes acerca da duplicata, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinalando, após, a alternativa correta:

I – Pode ser executada contra o sacador-endossante e seus garantes, a duplicata desprovida de prova da entrega da mercadoria ou da prestação de serviço e sem o respectivo aceite.

II – O endossatário de duplicata sem aceite, desacompanhada da prova da entrega da mercadoria, não pode executá-la contra o sacado, mas pode executá-la contra o endossante e avalista.

III – As duplicatas sem causa perdem a natureza de título de crédito, não se mostrando aptas a embasar a execução da carta de fiança.

IV – A duplicata sem aceite, posto que esvaziada de seu conteúdo causal, uma vez endossada, o endossatário, mesmo sem protesto, poderá exercer o direito de regresso, mormente quando, no título dado em garantia, firma-se, também, aval e avença-se cláusula, dispensando-se protesto.

(A) Todas as proposições são verdadeiras.

(B) Todas as proposições são falsas.

(C) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(D) Apenas uma das proposições é falsa.

45. Julgue as proposições seguintes, assinalando, após, a alternativa correta:

I – De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a nota promissória emitida para o resgate de duplicatas frias, objeto de *factoring*, é título hábil para instruir pedido de falência.

II – É lícita a recompra de títulos “frios” transferidos em operação de *factoring*.

III – Da autonomia e da independência emana a regra de que o cheque não se vincula ao negócio jurídico que lhe deu origem, pois o possuidor de boa-fé não pode ter o seu direito restringido em virtude das relações entre anteriores possuidores e o emitente, ainda que reconhecida a prescrição do título para efeito de execução.

IV – Comprovada a ciência, pelo terceiro adquirente, sobre a mácula no negócio jurídico que deu origem à emissão do cheque, as exceções pessoais do devedor passam a ser oponíveis ao portador, ainda que se trate de empresa de *factoring*.

(A) Todas as proposições são verdadeiras.

(B) Todas as proposições são falsas.

(C) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(D) Apenas uma das proposições é falsa.

46. Julgue as proposições seguintes acerca do estabelecimento denominado *shopping center*, assinalando, após, a alternativa correta:

I – O lojista pode deixar de efetuar o pagamento total do preço do contrato de promessa de compra e venda de loja situada em *shopping center* se o incorporador-administrador descumpre sua obrigação de respeitar a cláusula de exclusividade na comercialização de determinado produto pelo lojista (*mix*), permitindo que loja âncora venda o mesmo produto vendido pelo lojista.

II – O incorporador-administrador, além de ter a obrigação de entregar a loja num ambiente com características comerciais pré-determinadas no contrato assinado com o lojista, não pode alterar tais características depois de instalado o *shopping*, isto é, durante todo o período de vigência do contrato entre lojista e empreendedor.

III – Pode-se afirmar que a relação comercial entre os lojistas deve ser simbiótica.

IV – A lei de locações não admite a renovação compulsória do contrato de locação de espaços em *shopping centers*.

(A) Todas as proposições são verdadeiras.

(B) Todas as proposições são falsas.

(C) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(D) Apenas uma das proposições é falsa.

47. Julgue as proposições seguintes acerca do contrato de franquia empresarial, assinalando, após, a alternativa correta:

I – O contrato de franquia (*franchising*) resulta da conjugação de dois outros contratos empresariais: a licença de uso da patente e a prestação de serviços de organização de empresa.

II – A venda de produtos, do franqueador para o franqueado, não é requisito essencial da franquia, mesmo da comercial.

III – A lei brasileira, sobre franquias, não confere tipicidade ao contrato, uma vez que não define direitos e deveres dos contratantes, mas apenas obriga os empresários que pretendem franquiar seu negócio a expor, anteriormente à conclusão do acordo, aos interessados algumas informações essenciais.

IV – A Circular de Oferta de Franquia – COF, instrumento fundamental para a formação válida do vínculo entre franqueador e franqueado, introduzido no direito brasileiro pela Lei n. 8.955/94, deve apresentar o conteúdo exigido pela lei, conter somente informações verídicas e ser entregue ao interessado em aderir ao sistema, com a antecedência mínima de dez dias, sob pena de anulabilidade do contrato que vier a ser firmado, devolução de todos os valores pagos a título de taxa de filiação e *royalites*, além de indenização.

(A) Todas as proposições são verdadeiras.

(B) Todas as proposições são falsas.

(C) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(D) Apenas uma das proposições é falsa.

48. Julgue as proposições seguintes acerca da duplicata, assinalando, após, a alternativa correta:

I – A duplicata é título de crédito próprio de sociedades empresárias, sendo vedada sua emissão por pessoas físicas.

II – Assim como o cheque, considera-se a duplicata um título cambiariforme, pois não se vislumbra nela uma operação típica de crédito.

III – A duplicata é um título de crédito sacado exclusivamente em razão de compra e venda à prazo de mercadorias para cobrança futura.

IV – É facultativo, ao empresário que opta pelo saque da duplicata, escriturar a operação em livro próprio.

(A) Todas as proposições são verdadeiras.

(B) Todas as proposições são falsas.

(C) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(D) Apenas uma das proposições é falsa.

49. Julgue as proposições seguintes acerca dos títulos de crédito, assinalando, após, a alternativa correta:

I – No caso do título de crédito à ordem, a cessão dos direitos nele incorporados realiza-se mediante endosso ou por tradição, quando se tratar de título ao portador.

II – O título de crédito abstrato é aquele cuja causa da emissão é determinada e a obrigação é vinculada a essa causa que gerou o negócio.

III – O princípio da cartularidade no direito cambial significa que todos os atos, declarações e assinaturas referentes ao título de crédito devem constar do próprio título.

IV – A circulação do título à ordem realiza-se por meio de uma série de endossos, que são representados pelas assinaturas dos endossantes, com a designação em favor de quem está sendo transferido o título, no caso do endosso em preto.

(A) Todas as proposições são verdadeiras.

(B) Todas as proposições são falsas.

(C) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(D) Apenas uma das proposições é falsa.

50. Julgue as proposições seguintes acerca dos tipos de sociedade, assinalando, após, a alternativa correta:

- I – Nas sociedades em conta de participação, a inscrição do contrato social em qualquer registro lhe confere personalidade jurídica.
- II – Nas sociedades simples, o sócio admitido em sociedade já constituída responde pelo saldo das dívidas que os bens da sociedade não cobrirem, na proporção de sua participação das perdas sociais, salvo cláusula de responsabilidade solidária.
- III – O regime diferenciado e favorecido instituído pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte não se aplica às sociedades, entre as quais estão as sociedades por ações, aos bancos comerciais e às cooperativas em geral (excetuadas as de consumo).
- IV – O regime da sociedade comandita por ações é o das anônimas.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

51. Julgue as proposições seguintes, assinalando, após, a alternativa correta:

- I – Na locação ou compra de uma loja de um *shopping center*, tal qual ocorre com qualquer imóvel, o locador/vendedor se compromete com o êxito negocial do locatário/comprador.
- II – Numa relação de compra e venda de loja em *shopping center*, em ocorrendo a entrega da loja, não há base para o acolhimento da *exceptio non adimpleti contractus*, considerando que a obrigação principal constante do contrato foi cumprida. Hipótese de aplicação da *exceptio non rite adimpleti contractus*.
- III – No contrato de *factoring*, é impositivo ao faturizador assumir os riscos do não-pagamento, pois, ao ceder seus ativos, o faturizado desvincula-se de qualquer obrigação em caso de inadimplemento do devedor-sacado.
- IV – A emissão de cheque pós-datado não o desnatura como título de crédito.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

52. Julgue as proposições seguintes, assinalando, após, a alternativa correta:

- I – Nos casos de duplicatas simuladas, tratando-se de terceiro de boa-fé ou não, os títulos respectivos são passíveis de protesto.
- II – Como regra geral, no direito cambial, as exceções pessoais ou relativas ao negócio jurídico subjacente não podem ser opostas ao endossatário de boa-fé, não comportando, tal premissa, mitigações decorrentes das diversas modalidades de títulos creditícios.
- III – Endossada a duplicata, aplicam-se as normas reguladoras das relações de natureza cambial, o que restringe o endossatário de exercer, todos os direitos emergentes do título, contra quem se houver vinculado cambialmente.
- IV – A *affectio societatis*, designada pela cooperação efetiva entre os sócios, distingue-se como característica de todas as sociedades empresariais.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são falsas.
- (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (D) Apenas uma das proposições é falsa.

53. Julgue as proposições seguintes, relacionadas às sociedades, de acordo com a Lei n. 6.404/76, assinalando, após, a alternativa correta:

I – É admissível a fusão de sociedades ainda que envolvam pessoas jurídicas não organizadas sob a mesma forma societária.

II – A incorporação consiste na operação em que se une uma sociedade limitada à outra de natureza anônima, subsistindo, ao final do procedimento, apenas uma delas.

III – Em ocorrendo a transformação de uma sociedade de natureza limitada em anônima, os credores poderão haver desta apenas as obrigações veiculadas no protocolo da operação, e desde que contra isso tenham se oposto oportunamente.

IV – Somente é possível a transformação de sociedades de S.A. para Ltda. e de Ltda. para S.A.

(A) Todas as proposições são verdadeiras.

(B) Todas as proposições são falsas.

(C) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(D) Apenas uma das proposições é falsa.

54. Julgue as proposições seguintes acerca da falência, no regime da Lei n. 11.101/2005, assinalando, após, a alternativa correta:

I – Na recuperação judicial ou na falência, as obrigações a título gratuito são exigíveis do devedor.

II – Na recuperação judicial ou na falência, as despesas que os credores fizerem para nelas tomar parte, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor são exigíveis deste.

III – As empresas em geral, sejam públicas ou privadas sujeitam-se aos termos da Lei n. 11.101/2005.

IV – Compete ao juízo do local da sede do empresário ou da sociedade empresária, ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil, homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência.

(A) Todas as proposições são verdadeiras.

(B) Todas as proposições são falsas.

(C) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(D) Apenas uma das proposições é falsa.

55. Julgue as proposições seguintes, assinalando, após, a alternativa correta:

I – É possível decretar a dissolução de sociedade anônima.

II – É possível a aplicação do princípio da *affectio societatis* a determinada sociedade anônima.

III – Em que pese o disposto no art. 163, § 1º, da Lei de Quebras, pode o juiz fixar os juros em taxa inferior a 12% ao ano, quando se tratar de direito disponível dos credores.

IV – Cuidando-se de crédito relacionado pela concordatária, incumbe ao credor, em caso de discordância, impugná-lo em tempo hábil, sob pena de inclusão no quadro geral de credores pelo valor então indicado, não cabendo, outrossim, a habilitação retardatária.

(A) Todas as proposições são verdadeiras.

(B) Todas as proposições são falsas.

(C) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(D) Apenas uma das proposições é falsa.

56. Julgue as proposições seguintes, assinalando, após, a alternativa correta:

I – O nome empresarial, também designado de nome de domínio, e a marca não se confundem. O primeiro, refere-se ao sujeito de direito e a segunda, serve para identificar produtos ou serviços.

II – Pelo princípio da especialidade ou da especificidade, a proteção ao signo, objeto de registro no INPI, estende-se somente a produtos ou serviços idênticos, semelhantes ou afins, desde que haja possibilidade de causar confusão a terceiros.

III – Ainda que o devedor renegocie com o credor o contrato bancário, confessando dívida, tal não se constitui em obstáculo à discussão sobre possíveis ilegalidades das avenças anteriores.

IV – A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são falsas.
- (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (D) Apenas uma das proposições é falsa.

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

57. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Em relação à eficácia executiva, a deficiência da iliquidez atinge, exclusivamente, os títulos judiciais.

II – Nas prestações pecuniárias, o acréscimo de juros não afeta a liquidez da execução.

III – A sub-rogação, também designada de execução “direta”, abrange a expropriação, o desapossamento e a transformação.

- (A) Apenas uma das proposições é falsa.
- (B) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (C) Todas as proposições são verdadeiras.
- (D) Todas as proposições são falsas.

58. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus da jurisdição, não havendo violação de dispositivo do Código de Processo Civil, se, proferida a sentença, o interessado requerer para assistir à parte vencedora em face do recurso interposto da decisão.

II – Na denunciação da lide, não é permitida a introdução de fundamento jurídico novo, ausente na ação originária, que não seja a responsabilidade direta, decorrente de lei ou do contrato.

III – É absoluta a iniciativa probatória do juiz, em face do Código de Processo Civil, sendo-lhe facultado decidir por ouvir novamente testemunhas, já anteriormente ouvidas, apesar de o acórdão que anulou a primeira sentença conter orientação em sentido contrário.

- (A) Apenas uma das proposições é falsa.
- (B) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (C) Todas as proposições são verdadeiras.
- (D) Todas as proposições são falsas.

59. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

É sentença, relativamente à relação jurídica a termo e em conformidade com a tutela preventiva, aquela proferida:

I – Em ação por dano moral.

II – Em ação por dano material, decorrente de empreitada.

III – Em ação de restituição de prestações consorciais, ajuizada na pendência do grupo.

(A) Apenas uma das proposições é falsa.

(B) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(C) Todas as proposições são verdadeiras.

(D) Todas as proposições são falsas.

60. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Comportam execução provisória as sentenças de força condenatória na pendência de apelação recebida somente no efeito devolutivo, aquelas atacadas por apelação não recebida em primeiro grau, a generalidade dos acórdãos unânimes e não embargados, porém impugnados através de recurso especial e de recurso extraordinário.

II – A falta de impugnação dos embargos de devedor não produz, em relação à Fazenda Pública, os efeitos da revelia.

III – Não é nula a sentença que deixa de se pronunciar sobre o pedido de imposição da pena de litigante de má-fé.

(A) Apenas uma das proposições é falsa.

(B) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(C) Todas as proposições são verdadeiras.

(D) Todas as proposições são falsas.

61. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Os feriados da Semana Santa interrompem os prazos para a apresentação de contestação e interposição do recurso de apelação.

II – A pretensão, fundada em alegada ofensa à ordem econômica, à livre concorrência e ao direito do consumidor, não se relaciona diretamente com os objetivos institucionais da cooperativa constituída, há três (03) anos, de modo que carece a autora de legitimidade para postular provimento jurisdicional de caráter difuso e coletivo, com os efeitos próprios da ação civil pública.

III – Proposta ação de depósito contra a empresa depositária, a sua superveniente falência afasta a possibilidade de decretação de prisão civil do antigo diretor.

(A) Apenas uma das proposições é falsa.

(B) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(C) Todas as proposições são verdadeiras.

(D) Todas as proposições são falsas.

62. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Ação anulatória julgada improcedente e confirmada pelo tribunal, por maioria, admite embargos infringentes.

II – Conhece-se a prescrição intercorrente quando o transcurso do tempo ocorre por causa de fato da administração.

III – A exceção de pré-executividade, construção que visa a instrumentalização do processo, é sede própria à arguição de ilegalidade da relação jurídica, principalmente se a verificação de tal afirmativa demanda o exame de provas.

(A) Apenas uma das proposições é falsa.

(B) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(C) Todas as proposições são verdadeiras.

(D) Todas as proposições são falsas.

63. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Antecipação de tutela confirmada quando da prolação da sentença. Recebimento da apelação em ambos os efeitos. Inviabilidade.

II – Decisão que defere a suspensão do processo por 30 (trinta) dias, a pedido de advogada do autor, porque acaba de dar a luz a um filho, não é juridicamente correta.

III – Faz coisa julgada o motivo, desde que importante, para determinar alcance da parte dispositiva da sentença.

(A) Apenas uma das proposições é falsa.

(B) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(C) Todas as proposições são verdadeiras.

(D) Todas as proposições são falsas.

64. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Para fins de aferição da não unanimidade no acórdão embargado, apura-se o desacordo pela conclusão do pronunciamento de cada votante, e não pelas razões que invoque em sua fundamentação (embargos infringentes).

II – Nos casos de conversão de ação de busca e apreensão decorrentes de alienação fiduciária em depósito, o objeto perseguido pelo autor não é o pagamento da dívida, de sorte que em tais casos não se interpreta a equivalência em dinheiro como a do saldo devedor do contrato.

III – O juízo deprecado é competente para apreciar os incidentes relacionados com a penhora e avaliação do bem penhorado.

(A) Apenas uma das proposições é falsa.

(B) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(C) Todas as proposições são verdadeiras.

(D) Todas as proposições são falsas.

65. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Em regra, o autor da ação de imissão de posse deve provar, com a inicial, a propriedade do imóvel. Contudo, é lícito ao juiz permitir a juntada posterior de documentos comprobatórios da propriedade, especialmente quando já se passaram alguns anos desde a propositura da ação.

II – Conforme entendimento jurisprudencial, reconhecido o direito à indenização por dano moral, e ainda que o valor arbitrado seja em montante inferior ao pretendido pelo autor, não há sucumbência recíproca.

III – O Código de Processo Civil veda a utilização da prova exclusivamente testemunhal com o objetivo de demonstrar a existência de contrato cujo valor seja superior a dez salários mínimos. No entanto, tal espécie de prova é admitida quando se pretende evidenciar peculiaridade ou circunstância do contrato, ainda que seu valor exceda esse montante.

(A) Apenas uma das proposições é falsa.

(B) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(C) Todas as proposições são verdadeiras.

(D) Todas as proposições são falsas.

66. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – No contrato de arrendamento mercantil, a cobrança de acréscimos indevidos não descaracteriza a mora, sendo, assim, admissível a ação de reintegração de posse.

II – A pretensão, na via declaratória, de estabelecer, com provas hábeis, a legitimidade e certeza da relação de parentesco não caracteriza hipótese de impossibilidade jurídica do pedido.

III – A coisa julgada material refere-se ao julgamento proferido relativamente à lide, como posta na inicial, delimitada pelo pedido e causa de pedir. Não atinge decisões de natureza interlocutória, que se sujeitam a preclusão, vedado seu reexame no mesmo processo mas não em outro.

(A) Apenas uma das proposições é falsa.

(B) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(C) Todas as proposições são verdadeiras.

(D) Todas as proposições são falsas.

67. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – A inversão do ônus da prova constitui-se em regra de julgamento, sendo possível pronunciar-se a respeito dela no despacho inicial.

II – É juridicamente perfeita a tutela antecipada nas ações que têm por objetivo a declaração de inexigibilidade de tarifa de assinatura mensal.

III – Se o contrato prevê que cada adiantamento de numerário corresponde a uma nota promissória, pode-se considerar título executivo demonstrativo elaborado pela suposta credora, desacompanhado da respectiva cártula.

(A) Apenas uma das proposições é falsa.

(B) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(C) Todas as proposições são verdadeiras.

(D) (d) Todas as proposições são falsas.

68. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Se é certo que a propositura de ação relativa a débito fiscal constante do título não inibe o direito do credor de promover-lhe a execução, o inverso também é verdadeiro. O ajuizamento da ação executiva não impede que o devedor exerça o direito de ação para ver declarada a nulidade do título ou inexistência da obrigação.

II – O juiz pode e deve apreciar a necessidade da produção de prova, indeferindo pedidos protelatórios. Todavia, configura cerceamento de defesa se o hospital é impedido de provar, com apoio no Código de Defesa do Consumidor, a culpa exclusiva de terceiro, ou seja, da médica responsável pela cirurgia desastrosa que com ele (hospital) não mantém relação de emprego.

III – Usucapião. Deslocamento da competência para a justiça federal em face da manifestação de interesse na causa pela União. Imóvel situado em região densamente povoada e urbanizada e na posse dos autores, pessoas físicas. A ação de usucapião deve ser julgada pela justiça estadual.

(A) Apenas uma das proposições é falsa.

(B) Apenas uma das proposições é verdadeira.

(C) Todas as proposições são verdadeiras.

(D) Todas as proposições são falsas.

69. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Indenização a título de dano moral e material. Restrita a questão à análise de legitimidade de parte, inviável denunciar à lide a terceira pessoa a quem se atribui o dever de reparar o dano se a própria não admite a culpa.

II – O recurso especial não é sede própria para o exame de questão relativa à efetivação de recurso de apelação se, para tanto, faz-se necessária a exegese de legislação estadual de regência, assim como a reavaliação dos documentos colacionados no feito.

III – Em ação de nunciação de obra nova, vizinho é parte legítima para reclamar da desconformidade da construção de antena de telefonia móvel com exigências legais.

- (A) Apenas uma das proposições é falsa.
 - (B) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (C) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (D) Todas as proposições são falsas.
-

70. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta.

I – Deve o juiz indeferir medida cautelar sob o fundamento de que a parte a pleiteou erroneamente como se fosse antecipação de tutela.

II – O Código de Processo Civil, embora admita que o magistrado decrete de ofício as nulidades absolutas, fica-lhe vedada essa decretação nos casos de falta de prejuízo para a parte e de possibilidade de julgamento de mérito em favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade.

III – A ação de direito material que tem o possuidor de trinta alqueires de terra, quando presencia o esbulho possessório, é exercível através da tutela jurídica, da ação própria, sendo-lhe vedado dispensar a ação do Estado.

- (A) Apenas uma das proposições é falsa.
- (B) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (C) Todas as proposições são verdadeiras.
- (D) Todas as proposições são falsas.

QUESTÕES DE DIREITO PENAL

71. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta:

I – Não há crime quando o menor de catorze anos de idade é levado a presenciar a prática de ato libidinoso.

II – O pagamento com cheque furtado não caracteriza delito de estelionato.

III – Necessário representação na hipótese de vítima que tinha vida em comum com a irmã do réu.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

72. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta:

I – Não descaracteriza o crime de quadrilha a circunstancia de um dos quadrilheiros não conhecer os demais.

II – O participante que denunciar o quadrilheiro, permitindo seu desmantelamento, terá direito à redução da pena.

III – Quadrilha é crime formal, consumando-se independentemente da concretização do fim visado.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são falsas.
- (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
- (D) Apenas uma das proposições é falsa.

73. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta:

- I – O proprietário não pode ser receptor do bem que lhe pertence.
 - II – Na receptação, o sujeito pode adquirir objeto material de peculato.
 - III – É possível receptação de receptação.
- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

74. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta:

- I – Não há nexos causal entre a omissão e o resultado.
 - II – O Código Penal Brasileiro adotou o sistema binário para o agente imputável.
 - III – As causas interruptivas da prescrição estendem-se a todos os autores do delito, excetuadas as de cunho personalíssimo.
- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

75. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta:

- I – A conduta do agente é lícita quando pratica o fato acometido de doença mental que lhe retira a capacidade de discernimento.
 - II – O peculato, diversamente do infanticídio, é crime próprio.
 - III – O recebimento do aditamento da denúncia, para inclusão de co-réu, não interrompe o prazo prescricional.
- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

76. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta:

- I – O erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, isenta de pena.
 - II – Ocorre prescrição retroativa mesmo que o recurso da acusação seja provido, desde que a pena seja aumentada sem afetar o prazo prescricional.
 - III – O condenado que cumpre pena, não pode ser transferido de um regime mais rigoroso para outro.
- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

77. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta:

- I – O concurso formal imperfeito ocorre quando os desígnios não são autônomos.
 - II – Crime progressivo e progressão criminosa são a mesma coisa.
 - III – No crime continuado, devem ser aplicadas distintas e cumulativamente as penas de multa.
- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.

78. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta:

- I – Decorrido o prazo de cinco anos, a sentença condenatória anterior, transitada em julgado, não prevalece para quaisquer efeitos.
- II – Caso o agente erre, supondo situação de fato que, caso existisse, tornaria legítima sua conduta, a pena pode ser diminuída se o erro derivar de culpa.
- III – Imposta pena de detenção, sendo reincidente o condenado, o regime será fechado.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

79. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta:

- I – Na morte da companheira infiel há legítima defesa da honra.
- II – O parentesco não qualifica o homicídio, funcionando como agravante.
- III – O portador de AIDS que contamina outra pessoa, com intenção de matá-la, responde por homicídio doloso, desde que ocorra morte.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

80. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta:

- I – Não se reconhece o estado de necessidade quando o agente provoca o perigo por culpa.
- II – Inexiste desistência voluntária se o agente, depois de iniciada a execução do delito, percebendo o risco assumido e a impossibilidade de êxito, resolve fugir.
- III – No cálculo da pena privativa de liberdade a executar não será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

81. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta:

- I – A violência contra policiais no curso da execução de roubo não configura crime de resistência.
- II – Ocorre crime de aborto provocado, desde que resulte de pontapé no ventre da mulher grávida.
- III – A nulidade do segundo casamento não exclui o crime de bigamia.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

82. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta:

- I – Constitui constrangimento ilegal compelir a vítima a dar fuga ao agente em seu automóvel.
- II – Colocar uma caveira à porta de alguém, caracteriza delito de ameaça.
- III – A retenção de paciente em hospital para recebimento de honorários constitui delito de cárcere privado.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

83. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta:

- I – Pesa contra o réu a condenação anterior, ainda que alcançada pela reabilitação.
- II – A doença incurável não configura circunstância judicial da redução da pena.
- III – Na fixação da pena de multa, o juiz deve atentar para a situação econômica do réu ao tempo do delito.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

84. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta:

- I – As leis penais incriminadoras podem ser subdivididas em explicativas e permissivas.
- II – Em relação ao tempo do crime, a lei penal adotou a teoria do resultado.
- III – Na aplicação da medida de segurança, não vige os princípios da anterioridade e da retroatividade da lei mais benigna.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

85. Analise as proposições e assinale a única alternativa correta:

- I – A sentença penal estrangeira, para que produza efeitos com referencia à reincidência, deve ser homologada no Brasil.
- II – Os crimes militares próprios não são considerados para fins de reincidência.
- III – A reincidência revoga a reabilitação quando o agente for condenado a pena mesmo que seja de multa.

- (A) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (B) Todas as proposições são falsas.
 - (C) Apenas uma das proposições é verdadeira.
 - (D) Apenas uma das proposições é falsa.
-

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Assinale a alternativa correta nas questões a seguir:

86. Lavrado termo circunstanciado em que é imputada a Mevius pela autoridade policial a conduta do artigo 331 do Código Penal (crime de desacato, a que é cominada pena de detenção de 6 meses a 2 anos, ou multa), há o encaminhamento ao 2º Juizado Especial Criminal de Brasília. O promotor de justiça que neste atua entende, todavia, também caracterizado, em concurso material, o crime do artigo 330 do Código Penal (desobediência, a que é cominada a pena de detenção de 15 dias a 6 meses e multa) e, em seu pronunciamento, conclui pela incompetência do Juizado Especial Criminal, em face de, somadas as penas máximas, conduzirem à pena privativa de liberdade superior a 2 anos. O juiz do 2º Juizado Especial Criminal de Brasília endossa tal entendimento e declina da competência para uma das Varas Criminais de Brasília. Feita a distribuição à 4ª Vara Criminal, o promotor de justiça que nesta atua, discordando do seu colega, entende caracterizado, apenas, o crime de desacato, pois absorvido por este estaria o de desobediência, e assim oficia, indicando competente o 2º Juizado Especial Criminal de Brasília, por não caber pena privativa de liberdade superior a 2 anos. O juiz da 4ª Vara Criminal, endossando a posição do promotor de justiça que nela atua, afirma-se, também, incompetente e suscita conflito de competência perante a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. De acordo com a posição prevalente nesta, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal:
- (A) está caracterizado um conflito positivo de competência;
 - (B) está caracterizado um conflito negativo de competência;
 - (C) está caracterizado um conflito positivo de atribuições;
 - (D) está caracterizado um conflito negativo de atribuições.
-
87. O prazo de conclusão do inquérito policial instaurado para apurar a prática dos crimes de entorpecentes (artigos 33, 34, 35, 36 e 37 da Lei nº 11.343/2006) será:
- (A) de 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, e de 60 (sessenta) dias, se estiver solto, podendo o juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade policial, triplicar os prazos;
 - (B) de 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, e de 60 (sessenta) dias, se estiver solto, podendo o juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade policial, duplicar os prazos;
 - (C) de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, se estiver solto, podendo o juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade policial, triplicar os prazos;
 - (D) de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, se estiver solto, podendo o juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade policial, duplicar os prazos;
-
88. O juiz presidente do Tribunal do Júri da Circunscrição Judiciária de Taguatinga, entendendo inexistentes indícios suficientes da autoria, profere sentença de impronúncia, julgando improcedente a denúncia feita pelo Ministério Público do Distrito Federal contra Mécio, acusado de matar seu desafeto Lívio. O Ministério Público não interpõe recurso. Ocorre a preclusão. Nessas circunstâncias, o juiz:
- (A) não poderá admitir a instauração de processo futuro contra Mécio, pelo mesmo fato, porque preclusa a sentença de impronúncia;
 - (B) enquanto não extinta a punibilidade, se ainda não decorrido o prazo de 5 (cinco) anos a contar da data em que preclusa se tornou a sentença de impronúncia, poderá admitir instauração de processo futuro contra Mécio, pelo mesmo fato;
 - (C) enquanto não extinta a punibilidade, poderá, em qualquer tempo, admitir instauração de processo futuro contra Mécio, pelo mesmo fato, se houver novas provas;
 - (D) nenhuma das alternativas acima (a, b, c) é correta.

89. Na hipótese de conexão entre uma infração penal de menor potencial ofensivo, resistência (artigo 329, *caput*, do Código Penal, que estabelece a pena de detenção de 2 meses a 2 anos), e um crime, roubo (artigo 157, *caput*, do Código Penal, que fixa pena de reclusão de 4 a 10 anos e multa):
- (A) desmembra-se o processo, cabendo ao Juizado Especial Criminal a infração penal de menor potencial ofensivo e à Vara Criminal o crime de roubo;
 - (B) não se desmembra o processo, que terá curso, inicialmente, no Juizado Especial Criminal, onde, quanto à infração penal de menor potencial ofensivo, serão observados os institutos da transação penal e da composição dos danos civis, seguindo, depois, os autos à Vara Criminal, onde prosseguirá o processo;
 - (C) não se desmembra o processo, em face das regras de conexão, competindo à Vara Criminal tanto a resistência como o roubo, observando, quanto à infração penal de menor potencial ofensivo, os institutos da transação penal e da composição dos danos civis;
 - (D) não se desmembra o processo, em face das regras de conexão, competindo à Vara Criminal tanto a resistência como o roubo, não se aplicando, quanto à infração penal de menor potencial ofensivo, os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.
-

90. Expedida carta precatória para oitiva de testemunhas da acusação, foram intimadas as partes, bem como o Ministério Público e a defesa técnica. As testemunhas foram ouvidas pelo juízo deprecado, sem que este tenha feito qualquer intimação da data e horário da respectiva audiência. Na ausência do advogado do acusado, designou o juízo deprecado defensor dativo, que assistiu a oitiva das testemunhas. Juntada a precatória aos autos, proferiu o juiz sentença, condenando o réu. Este, no recurso de apelação, levantou preliminar de nulidade do processo, em razão da falta de intimação pelo juízo deprecado da data e horário da audiência de oitiva das testemunhas. Esta preliminar de nulidade:
- (A) deve ser rejeitada, porque o que a lei exige é a intimação da expedição da carta precatória para oitiva das testemunhas, não da data e horário em que se realizarão as audiências no juízo deprecado;
 - (B) deve ser acolhida, se, quando intimada da expedição da carta precatória, a defesa requereu que também fosse intimada da designação no juízo deprecado da audiência de oitiva das testemunhas;
 - (C) deve ser acolhida somente se os depoimentos das testemunhas no juízo deprecado contribuíram, de qualquer forma, para a condenação do acusado, resultando, assim, prejuízo a este;
 - (D) deve ser acolhida, em qualquer hipótese, porque, para o exercício da ampla defesa, deveria ter havido a intimação pelo juízo deprecado da data e horário da audiência de oitiva das testemunhas.
-

91. Em regra, o número de testemunhas que cada parte pode arrolar é de:
- (A) até cinco no processo comum (art. 398 do CPP); até três no processo sumário (art. 539 do CPP) e até cinco no plenário do Júri (arts. 417, § 2º, e 421, parágrafo único, do CPP);
 - (B) até seis no processo comum (art. 398 do CPP); até cinco no processo sumário (art. 539 do CPP) e até seis no plenário do Júri (arts. 417, § 2º, e 421, parágrafo único, do CPP);
 - (C) até oito no processo comum (art. 398 do CPP); até cinco no processo sumário (art. 539 do CPP) e até cinco no plenário do Júri (arts. 417, § 2º, e 421, parágrafo único, do CPP);
 - (D) até oito no processo comum (art. 398 do CPP); até cinco no processo sumário (art. 539 do CPP) e até oito no plenário do Júri (arts. 417, § 2º, e 421, parágrafo único, do CPP).
-

92. Conforme a jurisprudência prevalente no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, o princípio da indivisibilidade:
- (A) se aplica à ação penal pública e à ação penal privada;
 - (B) somente se aplica à ação penal pública;
 - (C) somente se aplica à ação penal privada;
 - (D) não se aplica nas ações penais.
-

93. Tércio foi denunciado por furto (artigo 155, caput, do Código Penal). Conclusos os autos para sentença, verifica o juiz a possível configuração do crime de apropriação indébita (artigo 168, caput, do Código Penal), não estando a elementar precedente posse ou detenção descrita na denúncia. A pena cominada para os dois crimes é a mesma. Deve, então, o juiz:
- (A) corrigir a omissão da denúncia e, se considerar configurado o crime de apropriação indébita, condenar o acusado no dispositivo correto;
 - (B) se considerar configurado o crime de apropriação indébita, absolver o acusado, porque ele não pode ser condenado por fato não descrito na denúncia;
 - (C) baixar o processo, a fim de que o Ministério Público possa aditar a denúncia, abrindo-se, em seguida, o prazo de 3 (três) dias à defesa, que poderá oferecer prova, arrolando até 3 (três) testemunhas;
 - (D) baixar o processo, a fim de que a defesa, no prazo de 8 (oito) dias, fale e, se desejar, produza prova, podendo ser ouvidas até 3 (três) testemunhas.
-

94. Constitui exceção peremptória:

- (A) incompetência do juízo;
 - (B) litispendência;
 - (C) suspeição;
 - (D) nenhuma das alternativas acima (A, B, C) é correta.
-

95. Oposta exceção de incompetência pelo réu:

- (A) tanto se for aceita como se for recusada pelo juiz, cabe recurso em sentido estrito;
 - (B) tanto se for aceita como se for recusada pelo juiz, não cabe qualquer recurso;
 - (C) se for aceita pelo juiz, cabe apelação, e, se for recusada, cabe recurso em sentido estrito;
 - (D) se for aceita pelo juiz, cabe recurso em sentido estrito, e, se for recusada, não cabe qualquer recurso.
-

96. Tércio, submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri de Brasília, foi condenado, por incursão no artigo 121, § 2º, II, do Código Penal (homicídio qualificado por motivo fútil), à pena privativa de liberdade mínima, vale dizer, de 12 (doze) anos de reclusão. Com fundamento no artigo 593, III, “d”, do Código de Processo Penal, interpôs recurso de apelação para uma das Turmas Criminais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, limitando-se a sustentar que a decisão dos jurados, no que concerne ao motivo fútil, foi manifestamente contrária à prova dos autos. A posição prevalente é a de que, reconhecendo que, efetivamente, a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, que não ampara o motivo fútil, a Turma Criminal:

- (A) deve dar provimento ao recurso para anular o julgamento, determinando a submissão de Tércio a novo julgamento pelo Tribunal do Júri. E desse novo julgamento, em que poderá Tércio ser novamente condenado pelo Tribunal do Júri por homicídio qualificado por motivo fútil, não se admitirá, pelo mesmo motivo, segunda apelação;
 - (B) deve dar provimento ao recurso para anular o julgamento, determinando a submissão de Tércio a novo julgamento pelo Tribunal do Júri. E desse novo julgamento, em que poderá Tércio ser novamente condenado pelo Tribunal do Júri por homicídio qualificado por motivo fútil, se admitirá, pelo mesmo motivo, segunda apelação;
 - (C) deve dar provimento ao recurso para anular a sentença condenatória do juiz presidente do Tribunal do Júri, determinando que ele profira nova, excluído o motivo fútil;
 - (D) deve dar provimento ao recurso, excluindo o motivo fútil, desde logo condenando Tércio por incursão no artigo 121, *caput*, do Código Penal, homicídio, fixando a pena mínima privativa de liberdade de 6 (seis) anos de reclusão.
-

97. No processo penal, o recurso de embargos infringentes cabe:
- (A) quando não for unânime a decisão de segundo grau, desfavorável ao réu;
 - (B) quando não for unânime a decisão de segundo grau;
 - (C) quando, em segundo grau, a decisão, por maioria, reformar a de primeiro grau;
 - (D) quando, em segundo grau, a decisão desfavorável ao réu, por maioria, reformar a de primeiro grau, que lhe era favorável.
-

98. Cícero, cumprindo pena na penitenciária do Distrito Federal, requer, na Vara de Execuções Criminais, livramento condicional. O juiz, ao final, indefere o pedido. Inconformado, Cícero pode interpor:
- (A) o recurso de agravo;
 - (B) o recurso em sentido estrito;
 - (C) o recurso de apelação;
 - (D) a revisão criminal executória.
-

99. A prisão temporária não é admissível:
- (A) nos crimes contra o sistema financeiro;
 - (B) no crime de terrorismo;
 - (C) no crime de epidemia com resultado de morte;
 - (D) nenhuma das alternativas acima (A, B, C) é correta.
-

100. Caio agride Tícia na residência em que convivem maritalmente, causando-lhe lesão corporal. Tícia representa contra Caio perante a autoridade policial. Encaminhado o inquérito, o promotor de justiça oferece denúncia contra Caio perante o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Brasília. Ainda não recebida a denúncia, Tícia encaminha ao juiz, por escrito, retratação da representação feita. Nos termos da Lei nº 11.340/2006:
- (A) o juiz, não havendo dúvida da autenticidade da retratação de Tícia, pode admiti-la sem necessidade de audiência, ouvido o Ministério Público;
 - (B) o juiz somente pode admitir a retratação de Tícia em audiência especialmente designada para tal finalidade, ouvido o Ministério Público;
 - (C) o juiz não mais poderá admitir a retratação de Tícia, porque, já oferecida a denúncia, é irretratável a representação;
 - (D) não há previsão de retratação da representação.
-